

## Práticas educativas e socioambientais em uma comunidade atingida por barragem

Givanilton de Araújo Barbosa<sup>1</sup>

**Resumo:** Para o presente estudo foi retomada uma discussão epistemológica seguida por dados empíricos tendo o foco na relação entre ambiente e sociedade. Trata-se de práticas educativas socioambientais que foram desenvolvidas em uma escola de comunidade rural atingida por barragem. Teve como objetivos perceber as mudanças socioambientais da localidade, refletir o ambiente escolar enquanto convívio comunitário e assinalar os modos de vida em reassentamento. É um estudo qualitativo dessas práticas, já no campo empírico as análises foram guiadas por meio de oficinas em sala de aula mediadas por narrativas orais dos discentes sobre como eram os modos de vida de suas famílias no lugar ribeirinho e após a desterritorialização para reassentamento. Conclui-se que foi iniciada a construção de uma percepção analítica dentro do ambiente escolar sobre a comunidade reassentada e sua condição ambiental, a de atingidos por barragem, se revelando em um estudo socioambiental rural.

**Palavras-chave:** Educação socioambiental; Atingidos por barragem; Escola do campo; Questão ambiental;

### Education and social environmental practices in na achieved community

**Abstract:** For the present study, an epistemological discussion was resumed, followed by empirical data focusing on the relationship between environment and society. These are socio-environmental educational practices that were developed in a rural community school affected by a dam. In short, it sought to understand the socio-environmental changes in the locality, reflect the school environment as a community environment and point out the resettlement ways of life. It is a qualitative study of these practices, in the empirical field, the analyzes were guided by classroom workshops mediated by the students' oral narratives about how their families lived on the river site and after the deterritorialization for resettlement. It is concluded that the construction of an analytical perception in the school environment about the resettled community and its environmental issue, that of those affected by a dam, began, revealing itself in a rural socio-environmental study.

**Keywords:** Social and environmental education. Reached by dam. Field school. Environmental issue.

### Introdução

Há um debate intenso no que diz respeito à educação ambiental no processo educativo no sentido de torná-la como ações sustentáveis em meio às questões socioambientais e também como forma de repensar práticas educativas que insiram no debate tanto mudanças ambientais globais quanto mudanças socioambientais, culturais e políticas locais resultantes de ações mais globais. É a partir dessa percepção

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação de Antropologia, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Licenciado em Ciências Sociais e é membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA/PPGA/CNPq) todos pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. givaniltonbarbosa10@gmail.com / Lattes Id <http://lattes.cnpq.br/7215509323122028>. Orcid - <https://orcid.org/0000-0002-6953-6204>

que os argumentos aqui apresentados são reordenados, no sentido de repensar e refletir o fazer pedagógico socioambiental de maneira que permita levar em conta experiências escolares e não escolares, ou seja, considerar práticas educativas construídas tanto dentro da escola como também fora dela de modo a constituir um pensamento reflexivo sobre o viver em sociedade.

Partindo desse pressuposto o artigo consiste em um estudo de práticas socioambientais levando em conta tanto questões ambientais globais quanto locais que envolvem ambiente e sociedade. Para isto, requer um olhar investigativo no intuito de perceber eventos e suas mudanças locais que provocaram ou vêm provocando mudanças sociais vinculadas a um ambiente, um território de disputas e conflitos. Em outras palavras, as práticas socioambientais estariam para identificar e analisar as relações sociais, culturais e políticas em território e seu processo de socialização (JACOBI, 2005).

Por conseguinte, percebe-se um paradigma que trata exatamente da relação entre sociedade e ambiente e suas dinâmicas, no que diz respeito a concepção de educação ambiental. Para tanto, os estudos e pesquisas socioambientais no Brasil estariam em sua episteme próximos dessa “educação ambiental”, que por sua vez, pode ser desenvolvida por meio da interdisciplinaridade.

Respectivamente, há uma preocupação social com o Meio Ambiente tendo em vista os grandes debates internacionais iniciados de forma mais consistente a partir da década de 1970. Grosso modo, as discussões ambientais surgem inicialmente pela descentralização de conflitos socioambientais e com o avanço do sistema de superprodução capitalista como também adotando uma nova agenda econômica global envolvendo discussões sobre o aquecimento do planeta Terra, poluição industrial, derretimento das geleiras e desmatamento. Em consequência disso, acelerou-se uma agenda internacional tendo como meta a implantação de uma política de desenvolvimento sustentável (LIMA, 2009).

Esse debate vai além da relação entre sociedade e ambiente sobre questões ambientais oriundas de conflitos e disputas pelos recursos naturais, que, por sua vez, se dá em um campo complexo, plural e diverso, formado por um conjunto de atores e setores sociais que direta ou indiretamente exerceram influência em seus rumos nos organismos internacionais e nacionais, nomeadamente, a ONU, a UNESCO e organismos financeiros associados; os sistemas governamentais de meio ambiente nas esferas federal, estadual e municipal, as associações, os movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais - ONGs ambientalistas, representantes da sociedade civil organizada, as instituições científicas, educacionais, religiosas e as empresas de algum modo envolvidas com o financiamento ou desenvolvimento de ações educativas voltadas ao meio ambiente (LIMA, 2009, p. 149).

A partir de 1992, o discurso sobre um “desenvolvimento sustentável” intensificou-se. No Brasil não foi diferente, pois se tornou a expressão hegemônica no debate que envolveram as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido mais consistente que foi resultado de um dos primeiros

marcos sobre questões do meio ambiente, a Conferência de Estocolmo em 1972. Naquele momento ficou claro que a “preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que entendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista” (Idem, 2009, p. 157).

Posteriormente, iniciou-se a elaboração de políticas públicas dirigidas à educação, sociedade e ambiente pensando na perspectiva de um “desenvolvimento sustentável”. Com a iniciativa da UNESCO e apoio de governos, políticas públicas educacionais, universidades e ONGs surgindo com maior força nos países da Europa Ocidental e América do Norte mas gradualmente se tornou política ambiental internacional e nacional por meio de canais normativos que regulam a política e economia conectando os discursos educativos e ambientais (Ibidem).

Para tanto, essa renovação discursiva e política tem estimulado um amplo debate que busca compreender os significados, os interesses e as implicações de novas propostas para o debate conforme elas surgem socialmente. Ou seja, resulta igualmente numa disputa político-ideológica e pedagógica pela definição, orientação e reorientação de discursos, de práticas e das relações entre a sociedade, a educação e o meio ambiente. Portanto a formação da educação ambiental permite discutir, repensar e reaver as problemáticas socioambientais, culturais e políticas mais locais causadas pela globalização, isto é, pela ação dos sujeitos sociais em modificar a natureza de forma desenfreada para satisfazer suas necessidades e com isso resultando em conflitos interesses e disputas locais e globais por territórios e recursos naturais.

Portanto, o presente estudo teve como objetivos compreender práticas educativas e socioambientais em uma escola de comunidade atingida por barragem reassentada em formato de agrovila rural levando em conta sobretudo sua questão socioambiental de “atingidos por barragem”. Dessa maneira, perceber as mudanças sociais da comunidade ribeirinha, discutir o contexto social de uma comunidade escolar do Campo ou seu meio rural, de criar um contato mútuo com os docentes, discentes e demais funcionários da escola, discutir acerca de ações sustentáveis da realidade dos alunos e alunas pensando no plano político pedagógico escolar, incentivo à participação e adaptação de conteúdo escolar e não escolar ao ponto de vista científico.

Já nos procedimentos metodológicos foi um estudo qualitativo sobre práticas educativas socioambientais que foram desenvolvidas em uma escola de reassentamento de atingidos por barragem. As análises foram reunidas por meio de oficinas em sala de aula mediadas por narrativas orais dos discentes sobre como eram os modos de vida de suas famílias no lugar ribeirinho e após a desterritorialização para reassentamento. Na presente versão desse estudo buscou-se ampliar a discussão com base em fundamentos teóricos e metodológicos mais heurísticos visando revisitar práticas educativas socioambientais adotadas em uma comunidade rural reassentada atingida por barragem, que, por sua vez, foram dedicadas para sua

escola considerando sua “Educação do Campo”, levando em conta as características da comunidade outrora ribeirinha e agora reassentada e sua situação de deslocamento pela implantação de barragem e suas consequências provocadas pela desterritorialização (SIGAUD, 1986).

Ou seja, há também de refletir nesse cenário os conflitos socioambientais locais emergentes provenientes de uma questão ambiental ampla, portanto, para esta discussão é adotado um contexto social de uma comunidade ribeirinha reassentada em “agrovila rural devido implantação de barragem, assim, é revisitada em virtude de suas mudanças socioambientais e culturais no sentido de refletir sobre essas mudanças de território (SCOTT, 2009).

A partir desses argumentos, convém discutir processos de práticas educativas socioambientais de modo a refletir questões ambientais locais a partir da concepção dos sujeitos locais. Para Souza (2008, p. 1090) repensar as práticas educativas socioambientais de Educação do Campo consiste em “(...) valorizar os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatizar o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social”.

Desde então, argumenta-se a relevância de compreender características enquanto comunidade ribeirinha ou camponesa. Com isso em vista, é levado em conta o conceito afirmativo de comunidade tradicional assinalado pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007) enquanto Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Dessa forma quando me refiro a atingidos por barragem está no cerne desse estudo as mudanças socioambientais impostas sobre os povos e comunidades tradicionais que são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Outra característica significativa atreladas aos povos e comunidades tradicionais respectivamente ribeirinhos camponeses agricultores, pescadores artesanais é o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras o tão chamado “desenvolvimento sustentável”.

### **Atingidos por barragem**

Nesse sentido, no Brasil vem ocorrendo sucessivos conflitos que envolvem a implantação de barragem em bacias hidrográficas estratégicas e com isso acarretando a desterritorialização compulsória de comunidades ribeirinhas para dar lugar ao lago artificial. Com isso, geram inúmeros conflitos entre eles por indenizações inadequadas, quebra de vínculos, violações de direitos e, sobretudo, perdas irreparáveis.

Atrelado a isso, também há um movimento de resistência por parte de famílias e comunidades ribeirinhas como o Movimento dos Atingidos por Barragem que busca criar constantes diálogos entre comunidades deslocadas e Estado e setores jurídicos.

Ao fazer uma abordagem histórica sobre implantação de barragem Reis (2007, p. 473) destaca que teve início no final da década de 1970 na região do alto Uruguai-RS com instalações de hidrelétricas, com isso, devido aos prejuízos causados por esses empreendimentos hidrelétricos sobre populações ribeirinhas tiveram que se organizar para reavaliar seus direitos violados. Assim, o Movimento dos atingidos por barragem (MAB/BRASL) consiste em lutas constantes junto aos atingidos com elaboração de inúmeras pautas de reivindicação perante aos órgãos oficiais do Estado brasileiro na reconstrução de infraestrutura de educação, saúde, habitação digna para exercício de uma plena cidadania.

Diante disso, vem se constituindo um conceito nativo de “atingidos por barragem” que diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos de seus detentores. Ou seja, é “estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é ou foi atingido por certo empreendimento e significa reconhecer como direito a ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária”, como também o termo atingido é disputado em diferentes instâncias.

Diante do exposto, ao estudar o tema em questão procuro destacar três aspectos que coadunam na definição e reconhecimento da categoria atingidos por barragem implicados em diversas instancias como ambientais, culturais e políticas de uma população atingida por implantação de barragem tanto para hidrelétrica quanto outras finalidades a de abastecimento de centros urbanos. Vejamos: “na afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios; no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra hegemonia na sociedade e no meio acadêmico na busca por sua afirmação como conceito” (WAINER, 2008 *apud* SANTOS, 2015, p. 116).

A partir desses acontecimentos e no sentido de compreender os modos de vida de populações rurais sobretudo ribeirinhas, agricultores, pescadores artesanais tomando o recorte destas que vem sendo atingida por implantação de barragem temos o Decreto n° 7.352, de 2010 que permite refletir a origem das experiências modos de vida atuais dos camponeses ao longo do processo de lutas sociais do campo e quanto aos movimentos sociais dos trabalhadores rurais pela demanda por Educação e valorização dos trabalhadores e povos dos campo tendo em vista que “a educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias Municipal, Estadual e Federal nos últimos anos, fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais” [...] (SOUZA, 2008, p. 1090).

Acarretada por mudanças socioambientais e culturais, percebe-se que há nas famílias reassentadas um longo percurso de ressignificação dos modos de vida tanto individual quanto coletiva no sentido de

reconstrução de equipamentos públicos e manutenção de relações sociais de vizinhança, reorganização política da comunidade considerando o contexto de atingidos por barragem e manutenção de relações produtivas de trabalho e renda, políticas de crédito como demanda local para a manutenção da vida social. Pois, nada obstante, uma comunidade rural possui um sistema cultural formado pelo relacionamento entre pessoas com um ambiente um território socialmente construído pelas suas vivências cotidianas. Há nessa dinâmica territorial processos de produção econômica socialmente construídos como frutos dessa relação e reprodução delas.

Portanto, há adaptações no espaço a partir de um novo relacionamento entre homem e a natureza, de acordo com o modo de ocupação diferenciada dos espaços rurais. Nesse caso, no que diz respeito aos atingidos por barragem o reassentamento consolida-se também na luta pela permanência na terra, uma vez que são implantados em terras ociosas ou improdutivas, modificando a realidade territorial e sua paisagem, com a criação de casas, cercas, plantações e os equipamentos coletivos, escolas, creches e posto de saúde, entre outros (CALDART, 2004).

### **Ribeirinhos**

Antes de mais nada, devo assinalar que os “atingidos por barragem”, respectivamente, são populações comunidades localizadas em territórios ribeirinhos tendo o rio como referência para suas atividades e de manutenção de reprodução social. Ao passo que barragens são implantadas nessas bacias hidrográficas as comunidades ribeirinhas são expulsas compulsoriamente, acontece uma desterritorialização forçada.

Em meio a isso, temos um exemplo, o sítio Cajá e sua escola que se localizava no rio Paraibinha um afluente da bacia hidrográfica do médio curso do Rio Paraíba do Município de Itatuba, Estado da Paraíba. Com base nisso, foi pensando revisitar oralmente os modos de vida das famílias e da comunidade que tiveram o rio como referência para suas atividades de manutenção social. Desse modo, segundo os moradores seus modos de vida consistiam em práticas comunitárias, pois caracterizavam-se fortemente com relações sociais e culturais ribeirinhas, isto é, que viviam da pesca, caça, coleta e da agricultura, da criação de animais. Houve organização social própria e modos de vida diferenciados.

Considerando esses modos de vida ribeirinho, na década de 1980 iniciou-se a reestruturação da infraestrutura do local com implantações de equipamentos públicos como escolas, posto de saúde, praça comunitária com TV, lavanderia comunitária, campo de futebol, igrejas católica e protestante, cemitério, associação/moinho de pequenos produtores rurais. Portanto, até início do ano 2000 a comunidade era provida dos itens essenciais ao seu funcionamento, tais como água potável em cisternas, reservatórios de

água potável comunitários (barreiros, açudes), esgotamento sanitário próprio por meio de fossas sépticas, habitação adequada e meios próprios de sobrevivência.

Já as famílias proprietárias de terras ou herdadas relatam com orgulho sobre suas vidas construídas junto ao povoado, dessa maneira, tendo como principal atividade a agricultura em suas propriedades ou em terras de terceiros disponibilizadas para tal finalidade como também a prática de criação animais bovinos, ovinos, caprinos, suínos, aves, prática da apicultura, produção de tijolos maciços com barro da beira do rio e queimados em caieiras - esses tijolos eram usados para construção de casas e outras atividades que produziam de acordo com suas necessidades. Havia poucos produtores rurais que eram tidos como “fazendeiros”, aqueles detentores de grandes recursos econômicos e materiais com grandes criações de animais/bovinos, plantações de algodão e milho.

### **O reassentamento em vilas**

O lócus da pesquisa se deu exatamente na comunidade reassentada considerando sua condição de atingidos por barragem. Para tanto, foi de discutir de forma pedagógica as mudanças sociais, culturais e ambientais no sentido de repensar e refletir o sítio Cajá de Itatuba-PB em reassentamento. Dessa maneira, o povoado rural concentra em média 160 famílias localizadas na zona rural, cerca de 4 km do lugar ribeirinho, do mesmo Município e Estado já citados.

Dessa forma, no Estado da Paraíba temos um caso emblemático que se trata da implantação da Barragem Argemiro de Figueiredo (Barragem de Acauã<sup>2</sup>). Seu barramento foi iniciado no ano de 2000 e inaugurada em 2002, na bacia hidrográfica do Rio Paraíba, no Município de Itatuba-PB. Já no território ocupado pela barragem houveram em média de cinco comunidades ribeirinhas atingidas direta e indiretamente, o sítio cajá foi uma delas desterritorializada. No trato da desterritorialização maioria das famílias receberam indenizações de suas casas e terras que segundo elas incompatíveis com suas propriedades, outras receberam uma casa em um reassentamento denominado de agrovila construído pelo Governo do Estado.

Da localidade reassentada para a capital João Pessoa fica cerca de 125 km. A escolha da comunidade para a realização desse estudo ocorreu em virtude de suas especificidades locais atreladas tanto as rupturas com o lugar ribeirinho iniciadas no ano 2000 quanto ao seu processo de reassentamento iniciado em 2002 como também contando principalmente com suas necessidades de ressignificação dos modos de vida até os dias atuais vindo a consistir a iniciação dessa discussão dentro da sala de aula da escola da comunidade.

---

<sup>2</sup> A Barragem de Acauã faz parte da política hídrica para abastecimento e irrigação, é administrada pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA.

## Resultados e discussões

Vale destacar que este artigo é composto de análises sobre um resultado de projeto de extensão universitária desenvolvido respectivamente na escola do sítio Cajá de Itatuba-PB no ano de 2016<sup>3</sup>. A partir dessa experiência com o terreno etnográfico permitiu criar análises e atualmente vem se revelando novos desdobramentos de extensão e pesquisa na comunidade consistindo em aproximações sucessivas entre Universidade e a comunidade rural e sua escola e também mantendo vínculos com essa questão ambiental, a de atingidos por barragem, de forma a permitir observar “condições variadas identificadas” (SCOTT, 2009, p. 19).

Conforme já mencionado, o estudo e pesquisa se iniciou por meio de Extensão Universitária que ocorreu de março a dezembro do ano de 2016, por meio de uma extensão pedagógica com planejamento de sucessivas práticas educativas socioambientais abordando os modos de vida das famílias da comunidade foi realizada por meio de oficinas em sala de aula da Escola Municipal na localidade que atua com Ensino Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, naquele ano possuindo cerca de 56 alunos, 3 professores e 4 servidores.

Seguida de extensão e pesquisa, a perspectiva adotada, a de Educação ambiental, foi pensada a partir das ideias de Paulo Freire, isto é, com prática pedagógica contextualizada, libertária, reflexiva e emancipatória (FREIRE, 1996) com vistas a evidenciar questões socioambientais locais pelos participantes. Já o planejamento das oficinas foi pensado por meio de mapeamento ambiental e temas geradores (TOZONI-REIS, 2006) das indagações e conversas com os alunos e alunas em oficinas em círculo em sala de aula da escola da comunidade.

O mapeamento ambiental (FREIRE, 1983) foi realizado partir das observações das vivências dos participantes com anotações dos conteúdos das conversas e das dinâmicas da comunidade escolar, dos procedimentos decorridos nas oficinas, de os alunos corresponderem, das atividades para casa com a intenção de envolver os familiares na construção de trabalhos escritos e desenhos sobre a comunidade e suas vivências /experiências cotidianas com o lugar. Gil (2008) define que,

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados

---

<sup>3</sup> Projeto de extensão universitária aprovado pelo Programa Bolsa de Extensão edital de 2016 (PROBEX) da Pró-reitoria de Ação Comunitária da UFPB. O projeto foi denominado de “Educação ambiental crítica: projeto de extensão para uma escola do campo” teve como coordenadora Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade e colaborador o Prof. Dr. Gustavo Ferreira da Costa Lima ambos do departamento de Ciências Sociais do centro de Ciências Humanas da Universidade Federal da Paraíba. Teve como bolsistas Givanilton de Araújo Barbosa e Vivênia Sousa ambos estudantes de Ciências Sociais e voluntária Danielle Leandro da graduação Pedagogia educação do campo todos pela mesma instituição de ensino superior citada. Também teve a colaboração dos professores da escola e da Secretaria de Educação do Município de Itatuba-PB.

que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação. A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Pode, porém, ser utilizada como procedimento científico, à medida que: a) serve a um objetivo formulado de pesquisa; b) é sistematicamente planejada; c) é submetida a verificação e controles de validade e precisão (Selltiz et al., 1967, p. 225). A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida (GIL, 2008, p. 100).

Tendo em vista essa concepção, as oficinas foram planejadas pelos temas geradores, que buscou proporcionar troca de saberes partindo das narrativas dos alunos para contextualizar o fazer educativo, ao mesmo tempo, adotando postura analítica e transformadora na “relação Homem-mundo”. Os “temas geradores” podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular, neste, com base no mapeamento ambiental do lugar de mudanças (FREIRE, 1984).

Os temas geradores foram: Água em minha casa, Horta escolar, arborização, agricultura local, ou seja, visavam incentivar a participação dos alunos de acordo com a realidade do lugar e suas vivências, fazendo-se as leituras e releituras do ambiente em que vivem. Em conformidade, o planejamento interno se deu em março e abril, já a programação de oficinas considerou o período de 1º de maio a 31 de dezembro. Nas oficinas foram utilizados materiais didáticos diversos, como data *show* para apresentação do documentário “Educando com a horta escolar<sup>4</sup>” no intuito de realizar aproximações pedagógicas tanto teóricas como práticas quanto a realidade social da comunidade escolar.

As oficinas foram realizadas em sala de aula em formato de círculo e aberta para a comunidade escolar e interessados onde o público alvo foram os discentes de duas turmas do Ensino Fundamental I - uma turma com 16 alunos do 1º ao 3º ano, no turno da manhã; e uma turma no turno da tarde com 14 discentes, do 4º e 5º ano). Já o Ensino Infantil, funcionava pela manhã contando com cerca de 24 alunos. E para finalizar a proposta educativa, foi realizada a excursão pedagógica para o Parque Zoobotânico.

Para que fosse viável a realização da extensão pedagógica na referida escola, a proposta caracterizada de extensão pedagógica e de pesquisa foi apresentada para a Secretaria de Educação e Cultura do Município. A partir disso, a Secretaria de Educação e Cultura ciente do conteúdo da proposta e em comum acordo, emitiu a Carta de Anuência em papel timbrada e assinada, além da anuência verbal para a colaboração dos professores da escola.

---

<sup>4</sup> Vídeo sobre o projeto Educando com a Horta Escolar, desenvolvido pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Tempo de 17 minutos e 17 segundos. Disponível em: <https://youtu.be/bmzNPFUiy4> Acessado em: 23/05/2020.

Já para a realização da excursão pedagógica, houve um intenso processo de diálogo com todos os envolvidos como os professores e a Secretaria de Educação e Cultura, que se disponibilizou com o transporte escolar para a locomoção até o parque Arruda Câmara, como também, sobretudo com a anuência e participação das mães dos alunos e alunas na excursão, ou seja, a realização da proposta da excursão educativa também ocorreu em comum acordo. Diante dessa proposta se respeitou a ética para estudos com Seres Humanos de acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e que os nomes da instituição escolar das pessoas envolvidas foram preservados e não contado no corpo do texto deste artigo.

A proposta educativa teve uma observação principal: a de tratar a realidade da comunidade, isto é, discutiu em sala de aula com os discentes suas especificidades levando em conta as questões socioambientais assoladas com a trajetória comunitária despertada pelas mudanças ocorridas com a localidade (CALDART, 2004, p. 2). É importante lembrar que, a partir dessa extensão pedagógica também intensificou a pesquisa quanto a Educação do Campo como também novas experiências pedagógicas e acadêmicas vinculadas à escola e comunidade.

A comunidade reassentada é constituída em três vilas, que segundo os moradores, relatam de baixa qualidade, em terras impróprias para atividades agrícolas com baixa fertilidade, sem água potável nas torneiras, sem assistência técnica e sem política de crédito. A comunidade participa da rede de reassentados por atingidos por barragem. Desse modo, o lócus investigativo se dá na compreensão da escola nesse contexto (ARROYO e FERNANDES, 1999, p. 13).

Segundo as narrativas dos moradores, na comunidade, há a presença do Movimento dos Atingidos por Barragem, enquanto movimento de organização social e no diálogo entre as famílias da comunidade e diversas esferas tanto públicas quanto privadas. Já enquanto conceito afirmativo, é um movimento social, sobretudo, vinculado ao Campo que historicamente vem construindo sua trajetória ao lado das populações ribeirinhas camponesas que são deslocadas, isto é, atingidas por barragem (REIS, 2007).

A ação de extensão e pesquisa se deu com mais intensidade com o retorno à comunidade por meio de extensão universitária. Com isto, possibilitou o início de um estudo analítico da comunidade, pensando no contexto territorial em que as comunidades ribeirinhas foram deslocadas e onde elas estão reassentadas. Nessa ocasião, também foram construídas parcerias com professores da escola e com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Por outro lado, teve-se na construção participativa, de modo que refletiu os vínculos da comunidade partindo do particular para o geral e do geral para o particular.

Ao adotar a perspectiva Freireana (1983), possibilitou o “re-olhar”, o “re-conhecer” e o “re-ler” o espaço cotidiano ao levantar problemas ambientais locais e sugestões de como resolvê-los a partir da lógica dos agentes locais envolvidos em oficinas e demais ações. E para resolvê-los, identificando novos

acontecimentos, novas alternativas e condições de vida além do trabalho na própria comunidade em processo de resignificação. Já a excursão, permitiu aproximações pedagógicas socioambientais, pois o intuito desta ação foi de pensar para além dos muros da escola considerando que a comunidade escolar não está isolada.

Foram utilizadas práticas pedagógicas e conteúdos voltados para a sensibilização da comunidade escolar, tanto para o cuidado com ambiente em que vive como para perceberem novas práticas sociais enquanto estímulo à aquisição de uma nova percepção sobre o lugar Campo, no caso, o reassentamento rural. Repensar as práticas pedagógicas dessa escola do campo é repensar a resignificação dos modos de vida das famílias reassentadas quanto a sua Educação e Cultura diversificada, é considerar modos de vida antes e depois das rupturas, e como sugestão adotar a política de Educação do Campo como prática pedagógica curricular (JACOBI, 2005).

A partir do incentivo ao diálogo com os alunos nas oficinas, foram decorridas consecutivas aproximações de relatos de histórias de vida dos moradores antes e depois da construção da barragem, ou seja, com o envolvimento dos saberes entre os membros da comunidade e a relação com esses saberes foi compreendido que há uma produção de conhecimento local.

Nas duas turmas, correram 8 oficinas, nas quais possibilitaram aos alunos conhecerem de forma mais intrínseca, a realidade daquela comunidade em contexto rural. Os temas geradores de diálogos foram inúmeros discutidos nas oficinas como relatos de histórias de vida dos familiares, experiências dos alunos com a pesca, agricultura, criação de animais, brincadeiras na comunidade, o campo de futebol da comunidade, ausência de áreas de lazer dentro da escola (FREIRE, 1984). A apresentação do vídeo “Educando com a horta escolar” possibilitou o estímulo ao diálogo com a realidade dos alunos, pois houve diversos relatos sobre seus familiares, em relação as suas práticas com a agricultura, ou seja, uma abordagem contextualizada.

Já a oficina Águas em Minha Casa fez com que discutissem o acesso à água potável do uso consciente e práticas de reuso de águas – tendo em vista que a comunidade foi deslocada do lugar ribeirinho, para a construção de barragem de abastecimento de água potável. Já a oficina de arborização, possibilitou desenvolver a discussão sobre a importância das árvores das florestas, para diminuição do calor e na melhoria da circulação de ar e sombra – na turma de 4º e 5º ano foi entregue uma muda de Jambuí, como símbolo de proteção ao ambiente, tendo em vista que,

Refletir o fazer pedagógico significa afirmar que o grande desafio socioambiental hoje é, portanto, romper com a ideia de um pensamento único e unidimensional, orientado rumo a um “progresso sem limites”, que vem reduzindo, sufocando e superexplorando a natureza. A concepção político-pedagógica está baseada nos valores da diversidade cultural, da autonomia política e da democracia participativa, buscando expressar valores e resistência, ou seja, possibilidades de

pensar e refletir a expressão sociedades sustentáveis como caminho alternativo (LIMA, 2009, p. 160-161).

No percurso final da extensão, ocorreu a excursão para o Parque Zoobotânico Arruda Câmara, conhecido popularmente como a “Bica”, e que está localizado entre os bairros Tambiá e Róger, na capital paraibana, João Pessoa. Para esta excursão, participaram aproximadamente 42 pessoas, entre professores, uma servidora da escola, 11 mães acompanhando os seus filhos e filhas, professores da escola e a presença de um pai acompanhando o seu filho, além da equipe do projeto de extensão, composta por dois bolsistas e uma voluntária.

Ao chegar no Parque Arruda Câmara (Bica), fomos recepcionados pela equipe de Educação Ambiental para as devidas orientações, de como todos se comportariam perante aos animais e conservação do ambiente – não jogando lixo nas vias e nem alimentando animais, além de todos seguirem a todo momento os guias, para os alunos e alunas não se dispersarem.

Houve uma série de atividades como: percurso de trilhas, visita aos locais dos animais – macacos, elefante, pássaros, leões, onças, serpentário [diversas espécies de cobras]. Os alunos e alunas aproveitaram o máximo para brincar nos parques infantis. Em seguida, por volta das 11:30, houve uma pausa para o lanche dentro do parque, no espaço adequado.

Portanto o que nos resta é perceber todas essas práticas educativas e com o retorno à comunidade reassentada e perguntar: O que essas práticas e experiências deixaram de aprendizado para a comunidade escolar reassentada atingida por barragem? Quais foram as contribuições deixadas para os discentes? A comunidade escolar passou a refletir e adquirir um outro olhar sobre suas próprias vivências no sentido de valorização de seus modos de vida?

Portanto conclui-se que ao tratar do tema “atingidos por barragem” é tratar de um tema complexo e emergente para o debate atual devido a uma questão ambiental global tendo em vista de resultados de mudanças provocadas tanto no ambiente por meio de exploração de recursos naturais quanto em sociedade modificando intensamente relações sociais, culturais e políticas seja dos espaços rurais e da cidade.

## **Conclusão**

O artigo tratou de análises sobre resultados de um relatório final de projeto de extensão universitária em uma escola de reassentamento de atingidos por barragem. A partir disso, o intuito foi de repensar de forma antropológica as sucessivas aproximações pedagógicas contextualizadas e emancipatórias para a criação de um pensamento crítico e autônomo dos sujeitos sobre suas próprias vivências com eles e por eles. Buscou-se demonstrar que a comunidade escolar do Campo não está isolada,

e sim, repleta de experiências pelas inúmeras ações resultantes entre sociedade e ambiente que dizem respeito a Educação e Cultura local, isto é, saberes e fazeres educativos e reflexões socioambientais enquanto relações múltiplas de conhecimento e experiências recíprocas.

Por um lado, focou perceptível que no ambiente escolar iniciou-se criação de uma percepção analítica sobre a comunidade reassentada e a ressignificação do que é a escola do campo ou rural. Por outro lado, tratou-se também de constituir um conhecimento sobre o lugar quanto a sua desterritorialização e as suas mudanças sociais, ambientais, educacionais, culturais, econômicas e políticas que resultou na reestruturação de relações de poder dentro e fora da comunidade a partir de sua questão ambiental, a de se tornarem “atingidos por barragem”.

Portanto, foi compreendido que as famílias e sua escola ao serem deslocadas de seu lugar ribeirinho passaram a conviver em processos de ressignificação de seus modos de vida, sobretudo, quanto a sua educação, ambiental, escolar e da cultura local com o novo território como também na geração de trabalho e renda para a manutenção de sua reprodução social. Em virtude desses acontecimentos, foi visto que iniciou-se no reassentamento novos processos culturais, ambientais, sociais e políticos e as próprias relações simbólicas e de representações modificaram-se tendo que ocorrer adaptações ao longo dos anos.

Por fim, foram viabilizados os primeiros contatos com essa realidade escolar de atingidos por barragem como uma questão ambiental através de aproximações com a comunidade no intuito de contribuir para o debate atual sobre questões socioambientais emergentes, especificamente, a de atingidos por implantação de barragem do Estado da Paraíba considerando práticas educativas no sentido de reconhecer o que é Educação do Campo consistindo em reaver e rever modos de vida ribeirinho da comunidade e em reassentamento reafirmando em um debate atual sobre Ambiente e Sociedade.

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, Brasília – DF, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**, instituído em 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acessado em: 02 de Dez. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** - PRONERA. instituído em 4 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> Acessado em: 02 de Dez. de 2019.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In.: **Trabalho Necessário**, n. 2. 2004.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Educando com a Horta Escolar**. 09 de agosto de 2012. Disponível em: <https://youtu.be/bmzNPFUiy4> . Acessado em: 23/05/2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. Editora Paz e Terra. 36ª Edição, Coleção Saberes, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> . Acessado em 21 janeiro de 2020.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In.: **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, 2005, p. 233-250.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socio-ambientalismo às sociedades sustentáveis. In.: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, 2009, p. 145-163.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragem: atores, estratégias de luta e conquistas. In.: **Anais: Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 2007. Disponível em: [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria\\_jose\\_reis.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_jose_reis.pdf)

RODRIGUES, Rubens Luiz. Transformação social, educação emancipatória e escola pública. In.: **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 4, n. 1, 2012. p. 101-110.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de grandes projetos hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986b.

SCOTT, Parry Russel. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania. In.: **Revista Direito e práxis**, vol. 06, n. 11, 2015, p. 113-140.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. In.: **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 105, 2008. p. 1089-1111.

TOZONY-REIS, Marília Freitas de Campos. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. In.: **Educar**, n. 27, p. 93-110, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n27/a07n27.pdf>. Acessado em: 02/12/2019.